

APROXIMAÇÕES ENTRE ONTOLOGIA MARXIANA E PALEONTOLOGIA NO SALTO ONTOLÓGICO SER NATURAL/SER SOCIAL: ESPECIALIZAÇÃO, NÃO-ESPECIALIZAÇÃO E TRABALHO¹

Adriano Lopes²

Resumo: O processo do salto ontológico do ser natural ao ser social pode nos dar uma chave para um entendimento substancial sobre as fundamentais diferenças entre humanos e todas as outras espécies de animais. Analisamos as categorias especialização/não-especialização, bem como a sua relação com a tecnologia e o trabalho. Baseando-nos nas contribuições da paleoantropologia através da lente crítica da ontologia materialista moderna que reconhece a historicidade evolutiva dos seres, evidenciando a transição de um ambiente meramente biológico-causal para um mundo histórico-social e a categoria central que diferencia a humanidade dos outros animais.

Palavras-chave: ontologia marxiana, paleoantropologia, salto ontológico.

Abstract: The ontological leap from being natural to being social can give us a key to a substantial understanding of the fundamental differences between humans and all other animal species. We analyzed the specialization / non-specialization categories, as well as their relationship with technology and work. Based on the contributions of paleoanthropology through the critical lens of modern materialist ontology that recognizes the evolutionary historicity of beings, showing the transition from a merely biological-causal environment to a historical-social world and the central category that differentiates humanity from other animals.

Key-words: marxista ontological; paleoanthropology; ontological leap.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

- Com que então vocês, camaradas, ouviram dizer que nós porcos agora dormimos nas camas de casa? E por que não? Vocês não supunham, por certo, que houvesse uma lei contra *camas*, não é? A cama é meramente o lugar onde se dorme. Vendo bem, um monte de palha no estábulo é uma cama. A lei era contra os *lençóis*, que são uma invenção humana (Orwell, 2001, p. 60).

Em 1945, George Orwell (1903-1950) escreveu a novela *Animal Farm*, na qual desenhou metaforicamente uma crítica ao totalitarismo, através das relações de dominação firmadas entre os animais de uma fazenda na Inglaterra. Não obstante o sugestivo título *A Revolução dos Bichos*³, como que foi publicada no Brasil, não nos ocuparemos de seu argumento político, mas tão somente, tomamos na epígrafe, um trecho do livro do escritor britânico para ilustrar nossas indagações centrais sobre a relação *homem/animal*, no processo de transição primata de evolução biológica e gênese social.

O diálogo entre espécies que não possuem linguagem articulada, a fabricação de utensílios domésticos e a própria existência de uma subjetividade são postas por Orwell como pertencentes ao conjunto de todos os animais, incluindo o *homem*. Esta alegoria traz à baila o debate contemporâneo, muito *in voga*, sobre os diversos tipos de relação *homem/animal*, nos mais diversos contextos. Mas, o que poderíamos caracterizar como *humanos*? O que distingue, essencialmente, a humanidade de

1 Este artigo é a síntese de parte de uma pesquisa em trânsito.

2 Prof. Dr. da Universidade Federal do Maranhão (Campus III – Bacabal). Contato: ajtlopes@hotmail.com.

3 Orwell (2001)

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n1.09.p81>



todas as outras espécies de animais? Como se deu o processo de transformação de animal a *homem*? Eis as preocupações gerais com as quais nos ocupamos neste artigo.

O nosso propósito é estabelecer, em tom de primeiras aproximações, um diálogo possível entre ontologia marxiana e paleoantropologia no processo do salto ontológico de ser natural a ser social, contribuindo para os debates sobre a relação *homem-natureza*.

Para tanto, traçaremos uma excursão teórica sobre as categorias *especialização* e *não-especialização*, tratadas minuciosamente por Lewis (1968), fazendo uso de uma revisão bibliográfica – de fontes secundárias – a partir de evidências fósseis descobertas, sistematizadas e/ou estudadas por Neves; Rangel Jr.; Murrieta (2015), Coppens; Picq (2004), Neves (2006), Leakey (1981; 1994; 1995). Ademais, faremos o esforço de tratar filosófico-cientificamente, ainda que em linhas gerais, a relação entre tecnologia hominínia e processualidade do trabalho. Nossas considerações estão fundamentadas na materialidade histórica do ser e clarificadas analiticamente pela lupa ontológica do filósofo húngaro Lukács (2010; 1981; 1978).

UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE AS CATEGORIAS ESPECIALIZAÇÃO E NÃO-ESPECIALIZAÇÃO

Chamou-nos a atenção às categorias expostas neste tópico a leitura do filósofo e antropólogo inglês John Lewis (1889-1976), que explica, esmiuçando muito didaticamente, a *especialização* e a *não-especialização* em seu livro *O homem e a evolução*⁴, lançado em 1962 e publicado no Brasil seis anos mais tarde.

De início, é importante percebermos que durante o processo de evolução natural, pelo qual passa cada espécie, ocorrem inúmeros eventos causais impulsionados pela necessidade imediata de adaptação do organismo ao meio ambiente. Toda alteração anátomo-fisiológica e comportamental de qualquer ser vivo é desenvolvida para garantir uma modificação vantajosa em determinado momento histórico para a espécie em questão. Há uma relação direta e imediata, uma resposta passiva do organismo que se modifica à exigência da natureza. Se um lobo é mais forte ou ágil que outro concorrente de sua espécie, isto não garantirá uma vantagem na caça, por exemplo. As vantagens ou não dessas características serão determinadas pelas condições naturais em dado momento da história, que exigirá um lobo mais forte ou mais ágil para predar suas presas. Se em determinado momento a natureza impuser condições mais favoráveis aos lobos mais fortes, estes estarão melhor adaptados; mas, se ocorrer uma modificação ambiental que privilegie os lobos mais ágeis, então estes estarão em vantagem na seleção natural. Ou nas palavras de Charles Darwin (1809-1882): “O que a seleção natural não pode fazer é modificar a estrutura de uma espécie com o objetivo de beneficiar outra espécie, sem que o ser modificado se beneficie dessa alteração” (DARWIN, 2009, p. 83).

A passagem supracitada de Darwin explicita que jamais será uma desvantagem *imediata* para a espécie a sua modificação adaptativa frente às exigências da natureza, pois se trata de uma acomodação pontual sem projeções ulteriores ou expectativas de consequências futuras. Pode se configurar uma desvantagem somente *a posteriori* caso as circunstâncias do meio que exigiram a sua modificação se alterem novamente, impondo mudanças no organismo incompatíveis com a presente linha de evolução na qual a espécie se desenvolve. Cabe frisar que a adaptação às leis férreas da natureza, apesar de estabelecer uma relação *imediata* (leia-se, exclusivamente: sem mediação), é um processo longo e “irreversível” (LEWIS, 1968, p. 21), no interior dos extensos caminhos evolutivos percorridos nas linhagens de uma dada espécie. Assim, o termo *imediato* pode durar unidades de milhões de anos, nas quais o organismo se modifica, adaptando-se a alguma exigência ambiental. E essa é a base da *especialização*.

⁴ Lewis (1968).

A *especialização* é diretamente proporcional à adaptação passiva, isto é, quanto mais o organismo se adapta, mais especializado ao seu meio natural estará se tornando. Por conseguinte, como a especialização é um processo irreversível, quanto mais especializado o organismo estiver, mais limitado em modificações futuras estará.

A diferenciação e especialização, como a modificação do antebraço para se tornar uma asa, é um fator de superioridade imediato. Mas, por ser irreversível, este fenômeno aprisiona o animal que passa por ele, forçando-o a seguir um caminho restrito, ao fim do qual ele pode terminar como uma monstruosidade, como, por exemplo, o alce irlandês que, por causa de seus chifres imensos, ficou com a cabeça pesada demais e extinguiu-se (LEWIS, 1968, p. 23).

Dessa forma, a *especialização* se configura numa própria contradição em curso; se por um lado proporciona ao organismo melhor adaptação ao meio, por outro lado conduz a espécie para um caminho evolutivo sem volta e, em últimas consequências, sem saída para futuras adaptações. Tomamos Leakey; Lewin (1998, p. 31, tradução nossa) para exemplificar que “A duração média de vida das espécies animais é de quatro milhões de anos” e, como ilustração, tem-se que observamos, atualmente, apenas 1% de todas as espécies que já existiram na Terra (DIXON, 2010).

[...] aqueles membros desenvolvidos até o último grau de simplicidade e perfeição, aquelas florestas de galhos nas cabeças dos veados, de chifres com formato de lira nas testas dos antílopes [...], aquelas pesadas presas nas trombas dos proboscídeos, aqueles caninos e incisivos dos grandes carnívoros... É certo que tal exuberância, tal perfeição, servirá precisamente para condenar o futuro destas magníficas criaturas, marcando-as para uma prematura morte, eliminando-as [...] como formas que entraram num caminho morfológico sem saída” (CHARDIN, 1959, p. 157, tradução nossa).

Há de se ressaltar que a classe *Mammalia*, com o desaparecimento dos dinossauros, foi contemplada com novas oportunidades ecológicas (Ladeia; Ferreira, 2015), as quais possibilitaram uma grande abertura de desenvolvimento para a ordem dos primatas.

Nesse direcionamento, os primatas podem ser encarados como uma síntese evolutiva, consideravelmente desenvolvida e complexa, que estabeleceram um organismo “fisiológica e mecânicamente avançado, de todos os pontos de vista” (LEWIS, 1968, p. 21). Em particular, os grandes símios, pertencentes à família *hominidae* (orangotango, gorila, bonobo, chimpanzé e o *homem*) descendem de um ancestral comum, ainda não descrito na literatura, mas sobre o qual é possível ser feita uma abstração analítica que pode revelar uma espécie não tão especializada quanto qualquer primata hoje existente. Isso porque a referida espécie desconhecida pôde irradiar várias linhagens evolutivas, que se especializaram ampla e diversamente conforme as necessidades de seus respectivos ambientes, pois

Não há qualquer caso registrado de uma linha que, mostrando um alto grau de especialização, tenha dado origem a um novo tipo. Todos os tipos novos foram produzidos por linhas relativamente não especializadas. A principal característica de tais tipos é apresentarem um progresso total e básico, ao invés de uma melhoria unilateral, como, por exemplo, a regulação de temperatura e a reprodução por placenta. A especialização, por outro lado, sempre acarreta o sacrifício de certos órgãos ou funções em benefício da maior eficiência de outros. Como se vê, a evolução em todos os mamíferos altamente especializados por ser encarada como uma série de becos sem saída” (LEWIS, 1968, p. 22).

Assim, a especialização dos grandes símios nos oferece um vislumbre do grau de especialização de seu ancestral em comum. Apesar de o chimpanzé ser “o mono antropóide menos especializado de todos” (JOHANSON; EDEY, 2006, p. 458) e ser aquele “para o qual olhamos com confiança [...] crescente em busca de características anatômicas, que podem ser deduzidas para um hipotético ancestral comum de todos os monos antropóides” (JOHANSON; EDEY, 2006, p. 458), somente o *homem* enveredou por outra via de desenvolvimento, o caminho da *não-especialização*.

Seria prudente mencionarmos que a categoria da *não-especialização* não implica numa espécie não especializada (que, com efeito, não existe, pois toda espécie tem certo grau de adaptação à natureza). A categoria *não-especialização* é exclusiva aos hominínios⁵, à humanidade *in lato sensu*, pois possui características próprias de uma interface de transição entre um mundo biológico-causal, regido por leis naturais (causalidade, seleção natural, especialização, especiação, adaptação passiva ao meio, mutações genéticas aleatórias etc.) e um mundo histórico-social, inteiramente novo, em gênese, com uma legalidade própria (teleologia, subjetividade, adaptação ativa ao meio – ou transformação intencional da natureza – transmissão coletiva de aprendizados etc.).

Ora, traçamos a diferença fundamental entre a *especialização* e a *não-especialização*: a primeira, força a adaptação do organismo às exigências do meio ambiente; enquanto a segunda, possibilita que a espécie adapte a natureza às suas necessidades. A *não-especialização* foi a via seguida pelas espécies de primatas hominínias que passaram a, progressivamente, diminuir a sua adaptação anátomo-fisiológica⁶ ao meio ao passo que faziam a natureza se adaptar a elas.

Pode-se descrever o animal altamente especializado como sendo um ser que se torna uma espécie de mecanismo ou ferramenta animada, adaptado e construído para um meio ambiente e um modo de vida especiais [...]. Um exemplo excelente é a extraordinária adaptação das patas dianteiras da toupeira como instrumento de escavação. Além de depender destes órgãos especiais, acha-se tão ligado a eles que, se as condições mudarem, e eles não puderem mais ser usados, extingue-se o animal, juntamente com os órgãos. O homem, ao contrário, não se modifica transformando-se numa ferramenta; ele *faz* suas próprias ferramentas, e desempenha tôdas as diferentes funções usando máquinas e ferramentas separadas. Ele não se adapta a uma única reação. Faz, usa, escolhe e elimina suas ferramentas. Assim, quando as condições mudam, o homem não se extingue, inventa novas ferramentas e métodos. Age assim por ser um primata não especializado, que desenvolveu mãos e cérebro” (LEWIS, 1968, pp. 22-23).

Interessante notar que o processo de adaptação ativa ao ambiente, ou em outros termos, a transformação intencional da natureza, estabelece uma articulação inteiramente nova entre a espécie e o meio natural. Uma relação de dominação do organismo à natureza, fazendo com que as barreiras e exigências naturais recuem paulatina e progressivamente. Historicamente, essa é a intersecção entre um meio regido por causalidades dadas pelo ambiente e um mundo de causalidade postas⁷ pela transformação intencional da natureza; a transição entre um mundo, em primazia, regido por leis biológico-físico-químicas e um mundo com legalidade histórico-social.

A transformação intencional da natureza precisa, necessariamente, de uma mediação exclusiva dos primatas hominínios da via da *não-especialização*, a saber: a fabricação e o uso de ferramentas produzidas intencionalmente de forma coletiva. A essa mediação, Lukács (1981) chama de trabalho, a qual encerra dois momentos: a teleologia (o pôr fim a uma atividade, a prévia-ideação, a projeção psíquica do que se quer fabricar, por exemplo) e a causalidade (sobre a qual a teleologia

⁵ Referente a todas as espécies de primatas da linhagem bípede que conduziu aos humanos. Cf. NEVES; REANGEL JR, MURRIETA (2015).

⁶ Decerto, não estamos reivindicando que não tenha havido nas espécies hominínias ou não haja, ainda hoje, entre os humanos, um processo de adaptação anátomo-fisiológica. O importante aqui é constatar que essa adaptação passiva passa a não ser mais um elemento central para garantir a existência da espécie.

⁷ Sobre causalidades dadas e causalidades postas, conferir Lukács (1981).

não pode ter total domínio de previsibilidade, pois independe, relativamente, de sua atuação). Imaginemos um hominínio lascando duas pedras, tendo por finalidade fabricar um machado de mão. Porém, no primeiro ato de chocar uma pedra na outra são criadas lascas prejudiciais para o bom uso da ferramenta. Então, o hominínio despreza as pedras, pois a projeção que ele havia idealizado não se realizou, ou seja, a causalidade das circunstâncias agiu de forma desvantajosa sobre aquilo que ele havia projetado teleologicamente. Contudo, a causalidade pode influenciar, também, vantajosamente. No caso do hominínio, do nosso exemplo, deparar-se, ao final da atividade, com lascas mais eficazes e afiadas, as quais não estavam em seu horizonte de expectativas.

Leakey (1995) nos oferece outro bom exemplo de que o trabalho é a mediação fundamento do salto ontológico⁸ mundo natural-mundo social:

Pela primeira vez na pré-história humana, há indícios de que os fabricantes de artefatos tinham um modelo mental do que desejavam produzir — que eles estavam impondo intencionalmente uma forma à matéria-prima que utilizavam. O implemento que sugere isto é o assim chamado machado manual, um utensílio em forma de gota de lágrima que exigia uma habilidade notável e paciência para ser feito [...] (LEAKEY, 1995, p. 47).

Enfatizar que o *trabalho* é o responsável fundamental para a efetividade da transição dos primatas (adaptação ao ambiente/transformação intencional da natureza; mundo biológico-causal/mundo histórico-social; puras causalidades dadas/teleologia-causalidade) significa reconhecê-lo como a matriz fundante do ser social, isto é, aquilo que faz o *homem* ser genuinamente humano, o qual põe em movimento todos os componentes da esfera social — linguagem, cultura, razão etc —, bem como é refletido histórico e ontologicamente nos sistemas orgânicos. Segundo a síntese de Leontiev (2004, p. 76): “O aparecimento e o desenvolvimento do trabalho, condição primeira e fundamental da existência do homem, acarretaram a transformação e a hominização do cérebro, dos órgãos de atividade externa e dos órgãos dos sentidos”.

Antes do advento do trabalho, o ambiente natural era determinado, em última análise, pela vantagem ou desvantagem adaptativa que uma espécie desenvolvia. Não havia no mundo a teleologia, a consciência e a subjetividade. Tais categorias são expressas, factualmente, na escolha social feita dentre alternativas diversas pelos hominínios na transformação intencional da natureza para satisfazer as suas necessidades coletivas, a qual não era (e não é) determinada geneticamente.

Quando o homem primitivo, diante um amontoado de pedras, escolhe uma delas que lhe pareça apropriada aos seus fins e deixa as outras onde estão, está manifestada que temos uma escolha a fazer, uma alternativa. E no mesmo sentido que a pedra, em quanto objeto existente-em-si da natureza inorgânica, não estava de jeito algum preconcebida a se transformar no instrumento deste pôr. Como é óbvio, tampouco a grama cresce para ser comida pelos bezerros e estes últimos não ficam gordos para fornecer a carne da qual se alimentam as bestas ferozes. Em todos os dois casos, porém, o animal que come é biologicamente ligado ao respectivo tipo de alimentação e esta relação determina tal conduta com necessidade biológica. [...] não será nunca uma alternativa. Ao contrário, a pedra escolhida para fazer um instrumento vem escolhida no trâmite de um ato de consciência que não tem mais caráter biológico (LUKÁCS, 1981, pp. 42-43, tradução nossa).

Nessa citação, observamos o pensador húngaro corroborar na assertiva de que não há teleologia na natureza; a pedra, em-si, (como um ser natural, inorgânico), não existe com o objetivo

⁸ Aprendemos com Lukács (1978; 1981; 2010) que existem três formas de ser, separadas por saltos ontológicos: o ser inorgânico (átomo, Sol, pedra etc.), o ser orgânico (bactéria, árvore, chimpanzé etc.) e o ser social (a humanidade). Podem-se admitir também os seres inorgânico e orgânico compondo o ser natural.

de ser matéria-prima para ferramentas, tampouco os animais de pequeno porte têm a existência vinculada à finalidade de alimentar grandes predadores. Essas ilações não autorizam que se transporte a legalidade pertencente à esfera do ser social (trabalho, teleologia, subjetividade, consciência) para o mundo do ser natural – inorgânico e orgânico – (puramente causal, biológico-físico-químico). Assim, o filósofo magiar, *ex professo*, destaca que “A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente” (LUKÁCS, 1978, p. 4). Em breves linhas, a escolha dentre alternativas é uma marca importante dos resultados das relações estabelecidas a partir do ato do *trabalho* (transformação intencional da natureza), portanto, no interior do estatuto de legalidade do ser social, ao invés de ser uma determinação fixada geneticamente.

APONTAMENTOS ESPARSOS FILOSÓFICO-CIENTÍFICOS SOBRE TECNOLOGIA HOMINÍNIA E A PROCESSUALIDADE DO TRABALHO

Após traçarmos um panorama geral das diferenças fundamentais entre a *especialização* e a *não-especialização*, passando por categorias importantes da evolução da linhagem hominínia, como adaptação passiva e transformação intencional da natureza, desembocamos no *trabalho*, situado na engrenagem de transição do mundo natural ao mundo humano, sendo a matriz fundante do ser social. Aqui, cabe salientar que o trabalho, na condição de mediador da relação metabólica ser social-ser natural, à medida que transforma a natureza provoca, dialeticamente, a transformação de quem dele se apropria. Ou em outros termos, o hominínio que transforma a natureza, pelo trabalho, também o é por ele transformado. Esse reflexo de transformar-se a si próprio conforme a natureza é transformada se processa como um movimento histórico-ontológico observável ao longo das tecnologias desenvolvidas durante a história da humanidade. Em exemplo simples, mas suficiente, imaginemos que a necessidade de ouvir música não é anterior à própria existência da música, isto é, a transformação de ondas sonoras em melodias é anterior à necessidade, surgida daqui, de ouvir melodias. Da mesma forma como uma pedra transformada em objeto de corte proporciona, não só objetivamente, relativa segurança e uma possibilidade diversificada de caça, mas também subjetivamente, no impacto causado na consciência do indivíduo que, dentre outros: torna as suas conexões neurais mais complexas ao exercer atividades que exigem maior complexidade; aumenta a capacidade de abstração ao fazer operações, no ato de trabalho, que exigem maior alcance teleológico; e estabelece novas situações sociais provocadas pela apropriação/fabricação coletiva de tecnologia, a partir do trabalho coletivo.

Tomemos a síntese de Lukács (2010) para melhor explicitarmos, de forma mais abrangente, os três grandes processos do ser social surgidos com o trabalho e expressos nas tecnologias dos hominínios. Primeiro, “o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do ser humano sofre uma permanente tendência de redução” (LUKÁCS, 2010, p. 308). Esse primeiro processo nos oportuniza uma visão da própria história da humanidade. Pensemos no tempo socialmente gasto para se realizar uma determinada plantação a partir da semente e todo o processo de produção agrícola em condições manuais. Em contrapartida, pensemos em realizar a mesma plantação mediada por máquinas que otimizem a produção e diminuam o tempo socialmente necessário para tanto. Ou seja, estamos tratando de processos histórico-ontologicamente diversos em suas tecnologias, em níveis de eficiência hierarquizados, na relação produtividade/tempo socialmente necessário. A consequência latente dessa diminuição do tempo de trabalho é o aumento do tempo livre para o coletivo, que, por sua vez, pode proporcionar novas criações humanas para além das necessidades básicas de alimentação, proteção e procriação, como a simbologia artística. Um grupo de hominínios que passa toda a jornada de um dia para escolher, dentre alternativas, a pedra adequada para fabricar o seu objeto de corte para em seguida caçar a sua presa, na sequência dividí-la com o coletivo e, então, alimentar-se e dormir. Parece-nos razoável não haver possibilidades para

a subjetividade de tais indivíduos pensarem sobre outros problemas que não sejam os, diretamente, vinculados às necessidades básicas.

O avanço das tecnologias líticas do paleolítico materializadas nas indústrias *olduvaiense* e *acheuliense* (NEVES, 2006; LEAKEY, 1981; 1994; 1995; COPPENS; PICQ, 2004) estabeleceram, ainda que sutil e rudimentarmente, diferenças qualitativas na passagem da primeira para a segunda. Foram fabricadas por hominínios de espécies diferentes, com arranjos orgânicos e graus de complexidade social diversos.

O segundo grande processo do ser social relata que

[...] O surgimento do ser social é [...] uma transformação do ser humano enquanto transformação processual dos modos de ser que pela primeira vez produz sujeitos e objetos. É tão óbvio o fato de que no ser inorgânico nada semelhante a um sujeito pode acontecer e operar, que não é necessário nenhuma palavra. Isso se deve claramente ao fato de que a natureza inorgânica em si também não conhece nenhum objeto. No ser social, objeto só existe como objeto para a atividade que põe conscientemente e que nesse processo é tornada sujeito (Lukács, 2010, p. 313).

A passagem do psiquismo animal para a consciência⁹ pode ser realçada na transição de um mundo de adaptação passiva – no qual não há sujeito e objeto, mas apenas coisas ontologicamente (seres, entes), relacionando-se entre si, regidos por leis naturais – para um mundo em que existe transformação intencional da natureza. Este, caracterizado pela teleologia, pelo papel ativo da subjetividade sobre a matéria natural, desencadeia uma processualidade dialética de transformação do meio e autotransformação do sujeito que trabalha.

As tecnologias líticas *olduvaiense* e *acheuliense* são reflexos, diferentes, não somente de subjetividades diversas, mas são, sobretudo, diferentes expressões de modos de produzir a vida. O processo de produção em determinado tempo histórico (as ferramentas, os tipos de alimentação, as formas de interação no trabalho entre os indivíduos e com a natureza) pode revelar o tipo de relação sujeito-objeto estabelecida. Sociedades tecnologicamente mais rudimentares tendem a produzir indivíduos com limitações correspondentes ao seu alcance tecnológico. O corte feito por um machado de mão *olduvaiense*, pesado e mono-face, dá considerável vantagem para cortar carcaças se comparado às mãos e unhas dos hominínios. Já um instrumento de ataque *acheuliense*, biface, que garanta um relativo alcance de separação entre o sujeito que caça e o objeto caçado, produz outro tipo de subjetividade. Enquanto no primeiro caso o sujeito é um carniceiro, na espreita, que deve retirar pedaços de carne e se alimentar rapidamente para evitar a disputa com outros predadores, no segundo caso o grupo se articula em torno de um projeto mais complexo de caça, traçando táticas e estratégias coletivas para o abate da presa, a qual, em caso de êxito dos hominínios, será transportada para o restante do grupo que não participou do momento da caça em si. Nessa configuração, observamos que o grau de complexidade tecnológica é uma chave para se resgatar o grau de complexidade social de determinado grupo, através da relação recíproca na qual o sujeito transforma a natureza e, conseqüentemente, autotransforma-se.

O terceiro grande processo do ser social aborda sobre a necessidade

[...] de integração dos agrupamentos humanos, originalmente bem reduzidos, em agrupamentos maiores, nações, reinos, [...] os primeiros inícios de uma realização, em que pela primeira vez se mostra de fato a tendência para desembocar numa unidade social efetiva da humanidade (Lukács, 2010, p. 317).

⁹ Cf. Leontiev (2004).

Essa necessidade, no ser social, de os grupos de indivíduos estabelecerem, progressivamente, agrupamentos maiores recai, ao fim e ao cabo, sobre o avanço das possibilidades tecnológicas e o tipo de trabalho realizado em dado momento da história. Em condições sociais muito limitadas, como as sociedades hominínicas (nômades, carneiras e, depois, coletoras/caçadoras, ausência de propriedade privada e de Estado) (LESSA, 2012), a necessidade de agrupar-se é caso de vida ou morte iminente tanto individual quanto do coletivo, pois se garante melhor proteção e maior produtividade de alimentos com um grupo maior e mais coeso. Fazemos uma abstração, por conseguinte, para observarmos os agrupamentos humanos progressivamente aumentando: a mediação entre os grupos na África do Sul e a Europa, no Paleolítico, era a caminhada, durando até centenas de milhares de anos; durante a baixa Idade Média as caravelas tardavam alguns meses em viagens intercontinentais; e, hoje, os aviões nos possibilitam ao longo de um único dia, tomar café da manhã em Fortaleza, almoçar em Paris e jantar em Moscou, além de o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação garantirem o nosso contato instantâneo com quem está do outro lado do mundo.

Essa digressão nos serve para percebermos que os agrupamentos não se referem, estritamente, a bandos ou hordas em crescimento, mas sim remete à produção no trabalho, do qual os seus produtos satisfazem, cada vez mais, um espectro maior de indivíduos, formando efetivamente um gênero social único. No modo de produzir dos hominínios, de um tipo de trabalho e tecnologia ainda muito incipientes, os indivíduos que transformavam diretamente a natureza eram, praticamente, os mesmos que se beneficiavam dos seus resultados. Em comparação com o tipo de trabalho e tecnologias atuais, é impossível saber quem (na condição de indivíduo) produziu a roupa que usamos ou a comida que nos alimenta. Fragmentos de uma única peça de calça são fabricados em diferentes países, por inúmeros indivíduos para atender às necessidades vestuárias de uma única pessoa. Nesse processo assaz complexo, os indivíduos isolados não se conhecem e não tem contato direto uns com os outros, mas se relacionam na produção, na condição de gênero humano, como um gigante agrupamento global que encerra em si a unidade da diversidade do conjunto dos indivíduos.

OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Estas primeiras aproximações estabelecidas entre ontologia marxiana e paleoantropologia, no processo do salto ontológico do ser natural ao ser social pode fornecer uma chave importante para o entendimento de como o *homem* se tornou *homem*, e o que diferencia, fundamentalmente, a humanidade de todas as espécies de seres vivos.

Em determinado momento da história dos primatas, após certo grau de especialização e adaptação ao meio, este se depara numa encruzilhada evolutiva que aponta para dois caminhos distintos: ou continuar na mesma via evolutiva, na *especialização*; ou enveredar para o seu antagônico, a *não-especialização*.

Vimos que a *especialização* se caracteriza por estar nos marcos das leis férreas da natureza, forçando a adaptação passiva, anátomo-fisiológica e comportamental dos organismos ao ambiente e impondo a legalidade biológico-físico-química, própria do ser natural (orgânico e inorgânico), na qual o mundo é mediado por puras causalidades. Em contrapartida, a *não-especialização* se configura como uma adaptação ativa através da transformação intencional da natureza. A partir desta via, os únicos primatas que por ela seguiram foram os hominínios, os quais transformavam a natureza e, dialeticamente, transformavam, por isso, a si mesmos. A mediação fundamental que garantiu essa nova forma de interação com o meio natural, chama-se *trabalho*, a qual é composta por dois momentos: a teleologia (pôr fim numa atividade, prévia-ideação, consciência, projeção psíquica) e a causalidade (que a teleologia não tem total domínio de previsibilidade).

Alinhamo-nos com a constatação de que o *trabalho* é a matriz fundante do ser social, pois é a partir desta categoria que se põe em movimento todas as outras categorias sociais que dela derivam,

como a linguagem e racionalidade. A evidência está exemplificada, de forma geral, no três grandes processos típicos do ser social: 1º - diminuição do tempo de trabalho necessário socialmente; 2º - Autotransformação do *homem*; 3º - aumento, progressivo, dos agrupamentos humanos. Todos estes processos perpassam, necessariamente, pelo *trabalho*, expresso pelas tecnologias desenvolvidas em determinado tempo histórico, nas formas de ferramentas e técnicas de produção que garantam a reprodução social do coletivo.

REFERÊNCIAS

- CHARDIN, Pierre Teilhard De. *The phenomonon of man*. Translated by Bernard Wall. New York: Harper and Row, 1959.
- COPPENS, Yves; PICQ, Pascal. *Los origenes de la humanidad: de la aparición de la vida al hombre moderno*. Traducción de Fabián Chueca. Vol. 1. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. L., 2004.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies por meio da seleção natural, ou, A preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Tomos I, II, III. Tradução de André Campos Mesquita. São Paulo: Escala, 2009.
- DIXON, Dougal. *O mundo pré-histórico*. Tradução de Julia Garcia. São Paulo: Escala, 2010.
- JOHANSON, Donald C.; EDEY, Maitland A. *Lucy: os primórdios da humanidade*. Tradução de Reinaldo Guarany. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LADEIA, Iatan; FERREIRA, Plínio. A história evolutiva dos primatas. In: NEVES, Walter; RANGEL JR., Miguel; MURRIETA, Rui (Org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015. p. 48-84.
- LEAKEY, Richard. *A evolução da humanidade*. Tradução de Norma Telles. São Paulo: Melhoramentos; Círculo do Livro S.A. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. *Nuestros orígenes: en busca de lo que nos hace humanos*. Traducción de M.ª José Aubet. Barcelona: Hurope, S.A, 1994.
- LEAKEY, Richard. *A origem da espécie humana*. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. *La sexta extinción: el futuro de la vida y de la humanidad*. Traducción de António-Prometeo Moya. 2ª edición. Barcelona: Tusquets Editores, 1998.
- LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- LESSA, Sérgio. *Abaixo à família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LEWIS, John. *O homem e a evolução*. Tradução de Teresa Rita Cetlin Toth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, György. *Per l'ontologia dell'essere sociale II**. A cura di Alberto Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas Vol. 4*.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio et al (Org.). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 1-18.
- NEVES, Walter A. E no princípio... era o macaco. *Revista Estudos Avançados USP*, São Paulo, vol. 20, n. 58, p. 249-285, set-dez. 2006.
- NEVES, Walter; RANGEL JR., Miguel; MURRIETA, Rui (Org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015.
- ORWELL, Georg. *A revolução dos bichos*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

RECEBIDO EM: dezembro de 2019

APROVADO EM: março de 2020

